

Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

LINGUÍSTICA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS

Disciplina de Pós-graduação

Apontamentos

Tema II

A Língua Portuguesa em textos fundamentais
do século XVIII e da transição para o XIX

Maria Clara Paixão de Sousa

2014

II. A língua portuguesa em textos fundamentais do século XVIII e da transição para o XIX.....3

Principais textos em exame:..... 3

Resumo..... 3

1 O século XVIII e os grandes dicionários 5

1.1 O “Vocabulário Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau 5

1.2 O “Elucidário” de Viterbo 8

Exame: “Advertência Preliminar” 8

2. Introdução ao pensamento sobre as línguas no século XIX: A questão da gênese 9

Epígrafe 9

Exame de textos 9

2.1 O debate em torno da "hipótese lusitana" nas primeiras décadas dos 1800 (ou: Da “*mania fidalga que tem as nações de remontarem na língua, como em tudo, a maior antiguidade possível*”) 10

2.2 A questão da gênese e o advento do método histórico-comparado (introdução) 12

3. “*Enquanto isso...*” A língua portuguesa, 1400-1800 16

II. A língua portuguesa em textos fundamentais do século XVIII e da transição para o XIX

Principais textos em exame:

- 1712: Rafael Bluteau. Vocabulário Portuguez e Latino.
1746: Luis Antonio Verney. Verdadeiro Método de Estudar
1798: Joaquim S.R. de Viterbo. Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram

1837: Cardeal Saraiva. "Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina..."
1844: Alexandre Herculano. "Opúsculos"
1858: F. E. Leoni. "Gênio da Língua Portuguesa"

Resumo

Nessa parte do curso o objetivo é examinar as visões da língua portuguesa nas obras do século XVIII e nas obras que chamerei de 'fronteiriças' entre o século XVIII e o século XIX.

Começaremos examinando dois representantes do grande empreendimento de dicionarização da língua, o Vocabulário de Bluteau (1712) e o Elucidário de Viterbo (1798).

Em seguida examinaremos um debate que foi significativo para Portugal nas primeiras décadas dos 1800, o debate da hipótese lusitana. Essa discussão ultrapassa a questão da língua, mas toca nela de modo interessante. Nisso que remete à língua, por um lado o debate sobre as origens lusitanas é representativo da sua contemporaneidade, se considerarmos que nesta época diversos países europeus estão ocupados em discutir suas "origens" - em especial no sentido de "raízes", "etnicidade". Há uma geração de intelectuais portugueses que defenderá as raízes "lusitanas" - ou seja, "autóctones" - da nação. Nesse movimento, uma das bandeiras será a origem "celta" do português. Um texto emblemático deste debate é a Memória do Cardeal Saraiva. Neste texto Saraiva questiona os pressupostos históricos que fundamentaram a imagem renascentista da centralidade da presença Romana na formação de Portugal - sendo o autor que ele escolhe como representativo para este diálogo Duarte Nunes de Lião, na Origem. Em seguida, questiona as análises da proximidade entre o português e o latim. Combinando esses dois questionamentos, afirmará a tese do título - que a língua portuguesa não é filha da latina. Nesse ponto o texto de Saraiva, embora seja representativo do ambiente intelectual europeu das primeiras décadas do século XIX nos pontos que mencionamos, se torna extremamente singular. Pois a linguística do século XIX não só reforçará a tese da filiação latina do português (e das línguas românicas no geral) como, de fato, irá reforçá-la ao ponto de uma verdadeira naturalização - no sentido em que essa hipótese chega ao século XX como um fato estabelecido. Isso se deu no bojo de um movimento maior de sistematização do estudo comparado entre as línguas em busca de suas relações genealógicas, que ficou conhecido como método histórico-comparado. O método histórico-comparado irá sofrer inflexões diversas ao longo dos anos 1800, mas podemos dizer que, fundamentalmente, ele inaugura a Linguística tal como a conhecemos até o século XXI. Num aspecto mais particular, ele funda e molda a ideia que o século XIX, XX e XXI fazem das línguas.

É nesse contexto que a recepção atual de um texto como o de Saraiva se torna complexa. Nossa idéia da língua portuguesa está tão consolidada pela imagem construída pela linguística oitocentista, que já o título do texto nos parece inaceitável. Entretanto, no exame cuidadoso desse texto podemos perceber qual é o ponto sobre o qual a afirmação de Saraiva sobre a imensa diferença entre o português e o latim repousa. Esse ponto é o que ele chama de "gênio da língua". Vemos, na discussão sobre esse aspecto, que o texto de Saraiva é um texto embebido dos conceitos e visões da Gramática Geral do século XVII e XVIII - e não faz diálogo com a discussão contemporânea dos filólogos da gramática comparada. Para a Gramática Geral, o essencial da língua é o estrutural, sua dimensão de articulação do pensamento (nas palavras de Saraiva, a língua é a pintura do pensamento). Assim, que a língua portuguesa esteja repleta de vocábulos latinos não é relevante; não está nos vocábulos a língua, mas sim na sua maneira de colocá-los nas construções. E, desse ponto de vista (aponta Saraiva), português e latim são flagrantemente diversos, e não há afirmação de filiação possível. Não será assim para os filólogos da gramática comparada. Ao contrário, esta tradição, que começa a se consolidar no tempo contemporâneo a Saraiva (mas em outros espaços), irá considerar centralmente as palavras - suas formas e as mudanças de suas formas - como ponto essencial da língua, e consequentemente como vetor do olhar que busca filiações e origens. O texto de Saraiva, assim, tem um sabor extemporâneo - mas podemos arriscar dizer que, por isso mesmo, ele nos ajuda a compreender o peso que a visão da linguística comparada exerce na nossa concepção de língua e de mudança.

Com esta visão aguçada propiciada pelo exame das hipóteses extemporâneas de Saraiva, podemos agora examinar alguns textos fundadores daquilo que viria a se configurar como a "Linguística Histórica" do século XIX. Podemos agora nos voltar para os textos que, ao contrário da Memória de Saraiva, encontraram imensa repercussão em sua época. Escolhemos três deles para iniciar; e como mais representativo, elegemos o texto de Bopp sobre a gramática do sânscrito, do latim, do grego e das línguas germânicas. Nesse texto, Bopp inventa (ou descobre, se preferirmos) o Indo-Europeu e funda o método histórico-comparado. Os outros dois textos nos servem de contexto para a proposta de Bopp: o discurso de W. Jones e o livro de F. Schlegel. Na próxima etapa vamos examinar os dois de perto.

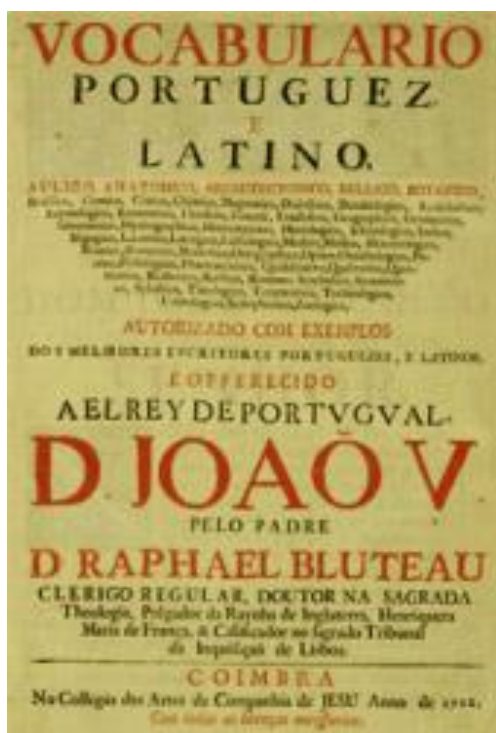
Por ora, em resumo, tentamos nos aproximar das questões que serão caras ao pensamento sobre as línguas no século XIX (fundamentalmente, a questão da gênese), partindo de um texto que debate as origens do português que tomamos como paradoxal: de um lado, ele reflete o ambiente intelectual contemporâneo voltado para o problema das identidades nacionais - mas de outro, ele é representativo de uma idéia de língua que já deixou de ser trabalhada pelos seus contemporâneos mais influentes, e que ficará adormecida pelo resto do século.

1 O século XVIII e os grandes dicionários

1.1 O “Vocabulário Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau

- Reproduzo abaixo o texto de apresentação da edição digital do Vocabulário de Bluteau para a Brasileira USP, em 2009. A apresentação atualmente está fora do ar, mas o dicionário pode ser consultado, em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

“O vocabulário é a expressão de uma sociedade”
Georges Matoré [1]



O *Vocabulário Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau (1712), “a obra mais monumental da lexicografia portuguesa” [2], envolve-se de um intenso significado histórico, que pode ser observado de partida nos termos do seu título completo (ilustrado na figura ao lado) . Ali se explicitam os fatores centrais para a compreensão do significado da obra em sua época: o espírito enciclopedista da sistematização lingüística (trata-se afinal de um vocabulário “*Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, ...*”); o movimento de elevação da língua portuguesa ao nível de uma língua de cultura equiparável ao latim; e o impulso para tanto representado pelas ações reformadoras da Restauração portuguesa, a partir do reinado de D. João V, como têm apontado diversos autores [3].

De fato: a obra de Bluteau, e o movimento de dicionarização que ela inaugura, tiveram papel central na consolidação da idéia do português como língua nacional e de cultura. Esta primeira dimensão da importância do *Vocabulário* – seu peso na constituição de um lugar para a língua portuguesa no mapa das línguas nacionais européias – só pode ser apreciada se lembrarmos o quanto esse lugar se encontrava ameaçado, no início dos 1700, como efeito de quase dois séculos de domínio cultural da língua castelhana em terras e mentes lusitanas. O próprio Bluteau, no *Prólogo ao leitor estrangeiro* do *Vocabulário*, ocupa-se de desfazer quaisquer dúvidas sobre o caráter do português como uma Língua merecedora de letra capital, afirmando sua autonomia e independência – uma afirmação cujo valor facilmente se perde no nosso horizonte atual, mas que, na geração da Restauração, era ponto de honra para muitos, e alvo de acalorados ataques de outros. Assim, num contexto em que a língua portuguesa arriscava-se a ser vista como mera corrupção dialetal do castelhano, a importância simbólica do empreendimento da construção de seu primeiro dicionário monolíngüe foi central [4].

A segunda dimensão da importância do *Vocabulário* nos aparece na esteira da primeira: uma Língua de Cultura, uma Língua Nacional, precisa de seus instrumentos, precisa dicionarizar-se – e para isso, sistematizar-se, normatizar-se, organizar-se. Ou, se quisermos tomar emprestadas as palavras do próprio Bluteau, a língua precisa ser “colocada em ordem nas aras de uma filologia” - “*Tirei dos authores Portuguezes as palavras, que fora da*

alphabetica jerarchia andarão dispersas, e a todas ellas, como a simulacros da eloquencia, colloquei com ordem nas aras desta Philologia...”, afirma Bluteau na *Introdução ao Vocabulário*. Tal esforço de ordenação não teve precedentes na história da língua portuguesa: os especialistas calculam que Bluteau tenha aumentado em cinco vezes o volume do léxico que havia sido listado na incipiente produção lexicográfica portuguesa do Renascimento e do século XVII. Essas primeiras obras de sistematização vocabular, herdeiras diretas da tradição escolástica pedagógica dos glossários ou guias de leitura medievais, deram início ao levantamento sistemático das unidades lexicais do português – destacam-se, aí, o *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem* de Jerónimo Cardoso, de 1562; o vocabulário de Agostinho Barbosa (1611), o de Amaro de Roboredo (1621), e a extensa lista dos compêndios vocabulares dos jesuítas, tais como o *Vocabulário Lusitanico Latino* de Manuel Barreto (1607). Todos esses compêndios compartilham a característica de constituírem, fundamentalmente, obras de uso escolar para o apoio à leitura em latim. No contraste em relação a este ponto reside a originalidade do *Vocabulário* de Bluteau, obra cuja missão essencial é a sistematização e a descrição da Língua Portuguesa. O pioneirismo do esforço de sistematização da língua materna, e a amplitude dessa sistematização, unem-se assim para formar essa segunda dimensão da importância da obra de Bluteau.

Aqui atingimos a terceira dimensão da importância da obra: pois se de um lado o *Vocabulário* é produto de um contexto histórico que permitiu e deu sentido a sua construção, de outro lado é, ele também, produtor de efeitos históricos. Um desses efeitos é o da própria direção da padronização lexical da língua portuguesa, que o *Vocabulário* inaugura e modela perante toda a lexicografia posterior. O caráter seminal da obra de Bluteau nesse aspecto, entretanto, só pode ser bem compreendido se lembrarmos o destino que seria reservado ao *Vocabulário* graças a seu “recompilador”, Antonio de Moraes Silva, que em 1789 lançará uma segunda edição da obra sob o título notavelmente sucinto de “*Diccionario da Lingua Portuguesa*”. A referência de autoria desta edição (“*Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*”) dará vazão a inúmeros debates na historiografia (essa polêmica, bem como um quadro com a fortuna crítica em torno da obra de Bluteau, está apresentada no seguinte artigo [cf. NOTA PARA O EDITOR, B]). Aqui importa apenas ressaltar que a condensação realizada por Moraes não se limita ao título, mas atinge a obra como um todo, conferindo um caráter moderno ao espírito quase barroco, quase enciclopédico da empresa de Bluteau – fundando, de fato, a possibilidade de seu caráter seminal no âmbito da lexicografia portuguesa.

Há entretanto um segundo efeito da obra de Bluteau sobre a história da língua, com relação ao qual seu autor talvez ocupe a posição de semeador solitário. O *Vocabulário* pode ser visto como a inauguração de uma relação institucionalizada entre o falante letrado e o universo da língua portuguesa escrita, que perduraria nos séculos seguintes, e que se revela na seleção das fontes agrupadas por Bluteau para compor um vocabulário “*Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*”. Como salienta C. Murakawa [5], a lista em que Bluteau reúne as obras “exemplares” da historiografia e da literatura em português reflete a identidade cultural, as limitações histórico-institucionais, e os valores éticos e morais atuantes na sociedade portuguesa dos 1600 (considerando-se a década de 1680 como o ponto inicial do período de trinta anos que Bluteau teria dedicado à construção da obra). Inicia-se assim a construção do Cânone da língua portuguesa escrita, ato inaugural que viria a conformar e moldar os recortes posteriores que determinariam seus “melhores” escritores.

Temos assim no *Vocabulário* de Bluteau o produto da relação histórica que se formara entre a sociedade e as letras na Portugal seiscentista, e ao mesmo tempo uma obra produtora de efeitos sobre a sociedade letrada portuguesa dos séculos seguintes. A relevância da mais recente edição do *Vocabulário* no âmbito da Brasiliana Digital, primorosamente produzida pela equipe da Dra. Márcia Moisés Ribeiro, reside primeiramente nesse significado

histórico da obra. Por representar uma época, e por influenciar hereditariamente as épocas seguintes, o *Vocabulário* possibilita aos leitores de hoje um vislumbre do universo da língua portuguesa e da leitura em português nos últimos trezentos anos.

Esse universo, por sinal, encontra-se ele mesmo também replicado no acervo da própria Brasileira, que já abriga algumas das obras (e virá a abrigar muitas outras) entre as quais Bluteau selecionou “palavras dispersas que andavam fora da alfabética hierarquia”, arou-as, definiu-as – transformou-as, com efeito, de palavras *de facto* em palavras *de direito*. Essa relação entre a obra e o acervo que a abriga leva essa apresentação a encerrar-se com a sugestão de uma pergunta: estaremos recriando, na forma de uma biblioteca virtual, a rede de palavras, sentidos e leituras que informavam e eram informados pelo *Vocabulário* de Bluteau?

NOTAS

[1] Georges Matoré, 1968, como nos lembra e traduz C. Murakawa, 2006.

[2] Segundo Verdelho, 2009

[3] Entre outros, Marquilhas, 2001; Dias e Bezerra, 2006; Murakawa, 2006; Nunes, 2006; Verdelho, 2009

[4] Nesse sentido importa ressaltar que o *Vocabulário*, ainda que se denomine *Português e Latino*, tem sido considerado pela lexicografia portuguesa essencialmente como um dicionário monolíngüe, o que se mostra claro no exame do detalhamento do tratamento conferido ao português na obra, em contraste com a brevidade e o caráter acessório das definições latinas, como destaca Verdelho (2009).

[5] Em Murakawa, 2006, Capítulo I (*O corpus do Vocabulário de Bluteau, fonte primeira do exemplário de Morais*)

Indicações de leitura:

Dias, Francisco L. e Bezerra, M. Auxiliadora. *Gramática e Dicionário*, em: “A Palavra e a Frase”, E. Guimarães e M.Z. Fontana, orgs; Campinas, Pontes, 2006.

Marquilhas, Rita. *Em torno do Vocabulário de Bluteau: o reformismo e o prestígio no século XVIII*, em: “Caminhos do Português”, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo. “António de Morais Silva: Lexicógrafo da Língua Portuguesa”. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica, 2006.

Murakawa, Clotilde de Azevedo. *Os dicionários de Bluteau, Morais e Vieira e sua importância na história da lexicografia portuguesa*. “Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Linguística”, v. II, p. 495-503, 1997. <<http://www.apl.org.pt/actas/xii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html>>

Nunes, José Horta. *Lexicologia e Lexicografia*, em: “A Palavra e a Frase”, E. Guimarães e M.Z. Fontana, orgs; Campinas: Pontes, 2006.

Petter, Margarida & Horta Nunes, José (orgs). “História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro”. São Paulo: Humanitas; Campinas: Pontes, 2002.

Silvestre, João Paulo. “Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna”. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

Verdelho, Telmo. “Dicionários portugueses, breve história”. Publicações do Corpus Lexicográfico do Português, Universidade de Aveiro, <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf>

1.2 O “Elucidário” de Viterbo

ELUCIDARIO
DAS
PALAVRAS, TERMOS, E FRASES,
QUE EM PORTUGAL ANTIGAMENTE SE USÁRÃO,
E QUE HOJE REGULARMENTE SE IGNORÃO;
OBR A INDISPENS AVEL
PARA ENTENDER SEM ERRO
OS
DOCUMENTOS MAIS RAROS , E PRECIOSOS ,
QUE ENTRE NÓS SE CONSERVÃO:
PUBLICADO EM BENEFICIO DA LITTERATURA PORTUGUEZA,
E DEDICADO
AO
PRINCIPE N. SENHOR
POR
FR. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO,
*Dos Menores Observantes Reformados da Real Provincia da
Conceição.*
TOMO PRIMEIRO.
A=F



LISBOA. M. DCC. XCVIII.

NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.

Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

*Santa Rosa
Elucidario
das Palavras
em Portugal*

*1.2
A-F*

Edição digital:

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. 1744-1822, Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram : obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em Benefício da Litteratura Portuguesa Por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo. - 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. - Lisboa : A. J. Fernandes Lopes 1865. <http://purl.pt/13944>

Exame:

“Advertência Preliminar”

- A visão de Viterbo sobre os períodos da Língua Portuguesa.

(páginas i a xxii)

2. Introdução ao pensamento sobre as línguas no século XIX: A questão da gênese

Epígrafe

Die geseetze zu ermitteln, nach welchen sich die sprachen im verlaufe ihres lebens verandern, ist eine der hauptgaben der glottik, denn ohne kenntnis der selben ist kein verstandnis der formen der vor liegenden sprachen, besonders der jetzt noch lebenden, möglich. A Schleicher, Comp. der vergleichenden grammatik der indogerm. sprachen, 2.^{te} ausg. s. 4.

“Penetrar as regras segundo as quais as línguas se transformam no decorrer de suas vidas é uma das tarefas capitais da glotologia. Sem esse conhecimento, nenhuma compreensão das formas de qualquer língua – notavelmente das línguas ainda vivas – é possível”.

Gramática comparada das línguas indo-européias,
August Schleicher, 1861.

Epígrafe de
A Língua Portuguesa,
Leite de Vasconcelos, 1888.

Exame de textos

1837: Cardeal Saraiva - "Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina..."

1844: Alexandre Herculano - "Opúsculos"

1858: F. E. Leoni - "Gênio da Língua Portuguesa"

2.1 O debate em torno da "hipótese lusitana" nas primeiras décadas dos 1800

(ou: Da “*mania fidalga que tem as nações de remontarem na língua, como em tudo, a maior antiguidade possível*”)

1.1 Obras

- 1837: SÃO LUIZ, D. Francisco de (*Cardeal Saraiva*) (1776-1845). “*Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos*”. Memórias da Academia de Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typ. da Academia, 1837. Ed. Facsimiliar da Biblioteca Nacional de Lisboa, <<http://purl.pt/197>>.
- 1843: CAMPOS, Francisco António de, (1780-1873). “*A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor. D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*”. Lisboa: Typ. M. J. Coelho, 1843. Ed. Facsimiliar da Biblioteca Nacional de Lisboa, <<http://purl.pt/43>>.
- 1844: HERCULANO, Alexandre (1810-1877). *Reflexões ethnographicas, philologicas e historicas a proposito de uma publicação recente sobre a origem celtica da lingua portugueza*. In “O Panorama: Jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis”, Série 2, v. 3, p. 391-394 . Lisboa, 1844. <<http://purl.pt/69>>.



2.1.2 Comentários

1. “E tão vehemente foi sempre no nosso illustre consocio a devoção com que cultivava o nativo idioma, que, não contente com haver denunciado no seu ‘glossario de gallicismos’ as perolas falsas e os atavios alheios com que lhe haviam afeiado a magestade, levou o seu entusiasmo a procurar em remotissimas origens o seu nascimento e formação. Passára como em julgado a afinidade e parentesco da linguagem portugueza com a latina, e o celebrado verso de Camões resumira neste ponto, imprimindo-lhe o caracter de dogma, a crença geralmente acceita e popular. O **Cardeal Saraiva**, encarecendo as peeminencias de uma genealogia quasi mythologica, no idioma de uma nação, julgando porventura desairada a lingua materna, se de tão proximo tronco, como era o romano, descendesse, intentou provar n’uma Memoria philologica os erros da doutrina recebida. Esta Memoria, moldada na locução correcta e alinhada, e no estylo simples mas elegante, que sempre distinguui os escriptos do Cardeal, se não pôde levar a persuasão aos espiritos racionavelmente obstinados na filiação latina, abriu o caminho a um genero de investigações quasi desconhecidas em Portugal, as que se referem aos primordios, desenvolvimento e perfeição do idioma portuguez”.

Coelho, J.M. Latino (1825-1891). *Elogio historico de D. Frei Francisco de S. Luiz : recitado na sessão publica da Academia real das sciencias, em 19 de novembro de 1856.* (pág. 9). Edição eletrônica:
<http://www.archive.org/details/elogiohistorico00coeluoft>.

2. “**A ideologia lusitana** no Renascimento foi determinante para a construção doutrinal da idéia de Pátria com raízes compostas, entre a romanização e a oposição ao Império. Desde André de Rezende (sempre citado) e Gil Vicente (com seu *Auto da Luzitânia*, pouco lembrado) a Luíz Vaz de Camões (*da ocidental praia lusitana*) em cerca de um século se montou e se difundiu a idéia de que os portugueses são descendentes dos ‘valorosos lusitanos’ e de seus inimigos romanos. A idéia de pátria, como todos os mitos políticos de qualquer época, é complexa: mas os nossos renascentistas souberam articulá-la muito bem: por um lado descendemos dos romanos, cujo Império colocou neste território marcos indelévels na língua e nos costumes; por outro somos herdeiros do confronto nascido nas raízes do território, nos lusitanos, miticamente ligados a deuses (da mitologia romana, não céltica nem ibérica). Essa dualidade, esses dois gêmeos que lutam no seio da mãe, constitui um paradigma de origem conflituosa, que serve para explicar todos os antagonismos existentes no povo, os ciclos e os altos e baixos da História de Portugal; toso o mito e realidade dos descendentes dos lusitanos”.

Lupi, João. Resenha de **Os Lusitanos - Mito e Realidade**. Brathair 2 (1), 2002: 64-68.

2.2 A questão da gênese e o advento do método histórico-comparado (*introdução*)

यदिह तदन्यत्र यन्नेहास्ति न तत् क्वचित् ।
yadiha tadanyatra yannēhāsti na tat kvacit .

“o que se vê aqui pode estar noutra parte; o que não se vê aqui não está em lugar algum”.

2.1 Algumas obras importantes no início dos anos 1800

1786: JONES, William. “On the *hidus*”. The 3rd Anniversary discourse of the Asiatick Society. Londres, 2.02.1786. In Lehmann, Winfred P.: *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics*, 1967.

< <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/read01.html> >

1808: SCHLEGEL, Friedrich. “Über die Sprache und Weisheit der Indier (Ein Beitrag zur Begründung der Altertumskunde)”. Amsterdam: J. Benjamins, 1977. *On the Indian Language*. Tradução de Ellen J. Millington. Amsterdam: J. Benjamins, 1977.

< <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/read02.html> >

1818: RASK, Rasmus. “Undersøgelse om det gamle Nordiske eller Islandske Sprogs Oprindelse” (Copenhagen, 1818), in Rasmus Rask, *Ausgewählte Abhandlungen*, ed. by Louis Hjelmslev, Vol. I (Kopenhagen: Levin and Munksgaard, 1932).

< <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/read03.html> >

1820: BOPP, Franz. “Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages”. Amsterdam: J. Benjamins, 1989.

2.2 Comentários

W.P. Lehmann, *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics* (1967):

Sobre William Jones:

“Sir William Jones's celebrated discourse is given here in full to illustrate the context from which linguistics developed in the nineteenth century. With his contemporaries, Jones was interested in better knowledge of ancient history. In the pursuit of this knowledge, language was only one means. The commemorative address of his successor as president of the Asiatick Society, Sir John Shore, states explicitly that for Jones language was a tool, not an end in itself: 'But the judgement of Sir William Jones was too discerning to consider language in any other light than as the key of science, and he would have despised the reputation of a mere linguist. Knowledge and truth, were the object of all his studies, and his ambition was to be useful to mankind; with these views, he extended his researches to all languages, nations, and times'. A glance at the other annual discourses supports this statement on Jones's wide interests and the subsidiary position of linguists, which it maintained to the middle of the nineteenth century.” Lehmann, 1967..

Sobre Schlegel:

“Like Jones's Discourse, Friedrich von Schlegel's *Über die Sprache und Weisheit der Indier* prepares for the important early works in nineteenth-century linguistics. Schlegel's aim too is to encourage general study of antiquity, not only of language; the section on language makes up only approximately a fourth of his book, which goes on to deal with other “media of satisfying our curiosity concerning . . . the early age” of mankind. Schlegel's book was important for arousing interest in Sanskrit, especially in Germany; it also makes the first mention of aims that were to be central to linguistics, notably “comparative grammar”. Because its prime importance is its encouragement to others, only excerpts are given here, though the entire book is delightful to read. I have included one paragraph of citations comparing the vocabulary of Sanskrit and German; it may illustrate the advances made over Schlegel by his successors. And his lists of grammatical criteria for establishing relationships illustrate the enthusiasm of a popularizer rather than the care of a scholar. From the selections translated, students may learn to know the contributions of Schlegel's work as well as its shortcomings.

With his successors, Schlegel is interested in finding a common source for the languages which after Jones were held to be related. In interpreting the early conception of “source” or “derived from” we must be careful to avoid our own

definitions, which are based largely on the work of subsequent linguists. In his excellent introduction to the centenary edition of Rask, *Ausgewählte Abhandlungen XIII-LXIII*, Holger Pedersen discusses sympathetically the use of these notions at the beginning of the nineteenth century for determining the relationship of languages. Schlegel indeed speaks of a family-tree, but derives the European languages from Sanskrit on the basis of its greater antiquity, not by positing intermediate stages. Accordingly, the relationship he suggests between German and Sanskrit should not be equated with our deriving German from Proto-Indo-European.

Schlegel's emphasis on grammar in determining relationships merits great credit. His demand for precise agreement of vocabulary items may be understood when we compare the fanciful etymologies of his predecessors; insistence on rigor was essential to stop further such fabrications. Yet while he asks for complete agreement in determining cognates, Schlegel permits the use of forms which differ, though he has not yet hit upon the concept of determining "rules" for such differences; his citing of an "analogy" between Latin *p* and Germanic *f*, Latin *c* and Germanic *h*, is a step on the way to the more comprehensive sets of rules given by Rask and Grimm.

Schlegel also is applauded for introducing the term "comparative grammar" into linguistics. In basing this term on comparative anatomy and incorporating the notion of family trees for languages, he drew on biology for linguistic methodology, foreshadowing Schleicher and his reliance on Darwinism. These adoptions of methodology and the attention he drew to Sanskrit are the most important contributions of his book."

Sobre Rask

"Perhaps the most brilliant of the early linguists, Rasmus Rask (1787-1832) made his primary contribution in accordance with a topic proposed for a prize by the Danish Academy of Sciences in 1811. The topic directed the structure of his monograph, and according to Pedersen led to some of its shortcomings. It requested competitors to "examine with historical criticism and indicate with appropriate examples the source from which the old Scandinavian language is to be derived most securely; also to indicate the character of the language and the relationship in which it stood from the oldest periods and during the Middle Ages on the one hand to the Nordic, on the other to the Germanic dialects; also to determine precise principles which must be followed in any statement of the origin and comparison of these languages."

After discussing general principles, Rask surveyed the evidence with regard to neighboring languages: Greenlandic Eskimo, Celtic, Basque, Finnish, Slavic, Lettish, Thracian and the Asiatic languages. His survey of the relationship with Thracian (a term he adopted from Adelung to refer to the ancestor of Greek and Latin, hence one which we might equate with Indo-European) makes up approximately half of his monograph and contains the well-known statement relating Icelandic obstruents to those of Greek and Latin. Grimm himself indicated his indebtedness to this statement; after coming to know it he speedily rewrote the first volume of his grammar of 1819 and included in the second edition of 1822 the section presented below on the Germanic consonant shift. Rask's statement is presented here, with a few other excerpts to illustrate his fine grasp of linguistic principles.

As Pedersen and others have pointed out, Rask must be credited for his use of "system" and "grammatical criteria" rather than vocabulary in carrying out the request of the Academy. Although we applaud him for his methodological advances, we regret some of his terminology, for example, his name Thracian for "Indo-European". Since he did not know Sanskrit at the time he wrote his monograph, his group of Indo-European languages was still small, though in it he accurately provided the answer to the first request of the Academy. For the Germanic branch he used the term Gothic, which he divided into Scandinavian and Germanic (of which [Moeso-]Gothic was in turn a subbranch)."

Sobre Bopp:

"Franz Bopp is often credited with providing "the real beginning of what we call comparative linguistics" (Pedersen, *Linguistic Science*, p. 257). In keeping with this achievement his external career was distinguished. His publication resulting from four years of study in Paris, 1812-1816, led to general recognition. After visiting London and publishing there, he became professor of Sanskrit and comparative grammar in Berlin in 1821. Teaching and publication made up the rest of his life; his publications are on the whole admirable, except for a suggestion that the Malayo-Polynesian languages are related to the Indo-European. Apart from this lapse, editions, monographs and successive editions of his grammar, with translations into English and French, made him the dominant figure in Indo-European comparative grammar throughout the first half of the nineteenth century".

A genealogia das línguas"

** in wider sense.

= incomplete.

pr. L. = primitive Language.

St. L. = Stock Language.

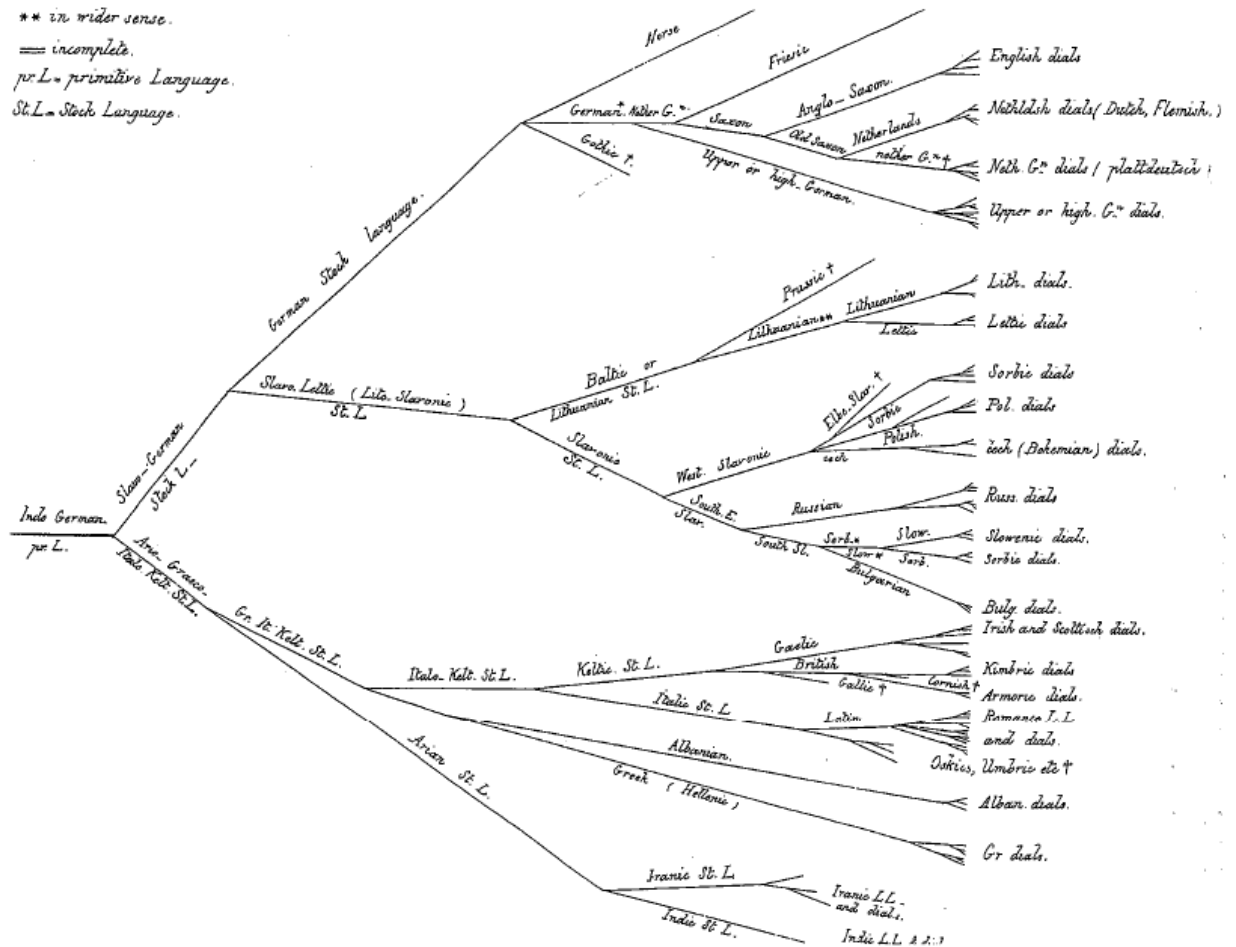


Imagem em SCHLEICHER, August (1821-1868). The Darwinian Theory and the Science of Language

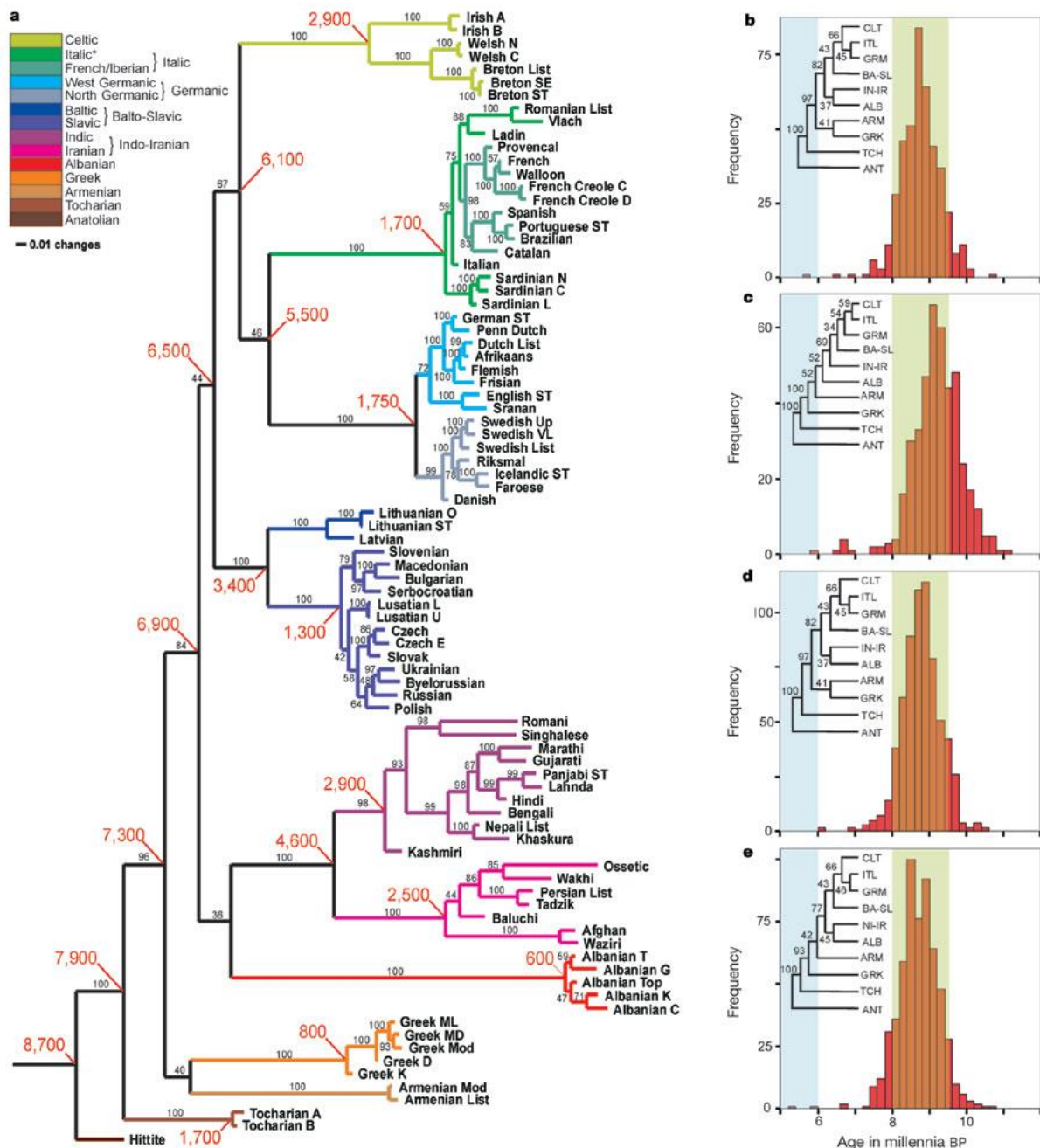


Imagem em: Gray, Russel D. & Atkinson, Quentin D. *Language-tree divergence times support the Anatolian theory of Indo-European origin.* Nature 426, 435-439 (27 November 2003); <http://www.nature.com/nature/journal/v426/n6965/full/nature02029.html>

3. “Enquanto isso...”

A língua portuguesa, 1400-1800



Planisfério de Cantino, 1502 - Autor Desconhecido. ; Biblioteca Estense Universitaria, Modena.

(trechos de Paixão de Sousa, 2010 - Projeto)

“Foram os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos enormemente diversificados da grande família humana.

Foram eles, ainda que vagamente, os primeiros a tornar a humanidade consciente de sua unidade essencial”.

Charles Boxer, *O Império Marítimo Português* (Boxer 2002: 16)

"Ao longo dos trezentos anos que se estendem entre os primeiros anos da expansão marítima portuguesa e o fim da primeira fase de ocupação colonial do Brasil, a língua portuguesa irá transbordar de um pequeno reino no canto ocidental do mundo conhecido para os quatro cantos de um mundo por conhecer, acompanhando o empreendimento de exploração marítima que levará os portugueses a distribuírem-se desde os Açores até as ilhas do Japão, processo histórico sem precedentes que viria a transformar irrevogavelmente a fisionomia da humanidade. Se o estudo da história e da cultura portuguesas a partir do século XV tem como cenário fundamental o movimento da expansão marítima, a história da língua, em particular, encontra aí um ponto de inflexão central, no qual a história de um dos mais obscuros vernáculos da Europa medieval passa a ser a história da quarta língua mais falada no mundo do século XXI. Para Ivo Castro (Castro, 2004), a história da língua portuguesa se define pelos sucessivos ciclos de expansão que refletem “a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação”:

“O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma transplantação inicial da língua, que parte de sua área inicial na Galecia Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.”

"O ponto de “cesura” entre as duas grandes unidades cíclicas que organizam a história do português, para Castro, se localiza nos anos 1400”:

“Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos

reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV: (a) o ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional; (b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu”. (Castro, 2004).

"Na inflexão representada pelo século XV, note-se, dois processos estão em cena: de um lado, a afirmação do português como língua nacional no interior de seu território original; de outro, a expansão da língua para os novos territórios conquistados. A incidência desses dois processos em um mesmo período reveste esse ponto da história da língua portuguesa de um interesse singular para os estudos da relação entre Língua e História. Os processos de consolidação interna e expansão externa da língua configuram dois cenários sócio-históricos radicalmente distintos: em Portugal, a formação da “Língua Nacional” se insere no contexto de uma estabilização das condições sócio-históricas, representada pela fase final do processo de estabelecimento do centro político e cultural no sul do território, iniciado já no século XIV. No Brasil, o contexto é de uma profunda transformação das condições sócio-históricas, representada pela ampliação e diversificação do universo de circulação da língua. Em cada um desses cenários, a língua sofrerá reestruturações gramaticais que virão a formar as principais variantes nacionais do português, a europeia e a brasileira. Cada uma dessas mudanças têm motivações distintas (remetendo às diferentes condições sociais colocadas para a perpetuação da língua seja pelo processo de consolidação interna no contexto europeu, seja pelo processo de expansão externa no contexto extra-europeu) e resultados distintos – mas note-se que, ao contrário do que esses cenários iniciais deixariam supor, as reestruturações sofridas pela variante europeia moderna não foram menos profundas do que aquelas atestadas na variante falada nos domínios americanos".

(...)

"Defenderemos que a história da língua portuguesa nos anos 1400, 1500 e 1600 é a história de sua “expansão”, seguindo Castro (2004); e iremos propor que essa “expansão” só pode ser traduzida concretamente na ampliação e diversificação das comunidades de falantes do português ao longo do tempo e do espaço. O estudo da língua desse período, assim, inclui necessariamente a discussão sobre as condições históricas colocadas para a ampliação e diversificação do universo de seus falantes". (...)

"Naturalmente, uma língua não “se expande”, mas sim passa a ser falada por um maior número de pessoas – o que se expande de fato, então, é o universo de falantes da língua. “*Expansão da língua portuguesa*” é portanto uma expressão conveniente que usamos para descrever o fato histórico concreto, que é a ampliação do universo dos falantes da língua portuguesa ao longo do tempo. Para compreender a fundo a expansão da língua portuguesa, portanto, antes de tudo importa investigar as condições históricas e as características principais dessa ampliação do universo de falantes da língua. Aqui lembramos que “ampliação”, nesse caso, não remete ao simples crescimento demográfico, nem mesmo dispersão geográfica, do grupo social inicial de falantes: o processo histórico da “expansão da língua portuguesa” se explica, primordialmente, pela adoção do português por contingentes populacionais diferentes do grupo social original de falantes ao longo da história. Essa característica da história do português é essencial para a compreensão dos processos de reestruturação linguística que atinge as variantes modernas da língua – em especial, as variantes extra-europeias – e pode ser verificada facilmente com uma breve consulta a dados de demografia histórica".

"Notemos, nesse sentido, que a população de Portugal no fim da Idade Média tem sido estimada em cerca de um milhão de pessoas, número que se eleva a 1.400.000 no censo de 1527 (Boxer, 2002:67), chegando a dobrar apenas no século XVIII, quando o país atinge a marca de 3.000.000 de habitantes (Boxer 2002: 181-182) Este número permanece relativamente estável até 1864, quando o I Recenseamento Geral mede a população em 3.829.618 habitantes; na atualidade, o país conta com 10.566. 212 de habitantes, segundo

estimativa do INE¹ para 2005. Entretanto, as estimativas da CPLP para o número de falantes do português na atualidade está na casa dos 230 milhões, distribuídos em oito países². Já se vê que esses poucos dados sustentam a ideia geral de que o processo de expansão da língua portuguesa transborda e supera o grupo inicial de falantes da língua: a presença de mais de duzentos milhões de falantes do português nos oito países atuais da lusofonia, naturalmente, não se explica como multiplicação demográfica de um grupo colonizador inicial. O processo de “expansão da língua portuguesa” não remete a alguma transferência maciça da população originariamente radicada na Europa para os domínios políticos de ultra-mar, nem a algum posterior crescimento maciço desse grupo de colonizadores. Basta, para mostrá-lo, lembrar que aquele contingente populacional de não mais que um milhão e meio de habitantes será a base demográfica original para a ocupação de um espaço político que, até o final do século XVI, se estenderá da América do Sul até o Japão. A desproporção entre a vastidão dos territórios a serem ocupados e as condições demográficas portuguesas foram salientadas por C. Boxer, que apontou as duas dificuldades principais desse processo: de um lado, os efeitos perversos desse esforço de ocupação sobre a própria economia interna portuguesa, em razão da “sangria” de homens aptos a lavrar a terra no país³; e de outro, a baixa capacidade de ocupação dos territórios conquistados⁴.

"Assim, o contingente populacional que deixa Portugal ao longo do empreendimento ultra-marinho é a um tempo imenso e diminuto. Imenso enquanto sacrifício de uma população já escassa no interior das fronteiras originais; diminuto perante a imensidão do território conquistado para além dessas fronteiras. A história demográfica nos mostra que a ideia de um “espalhamento” do português via diáspora populacional não é adequada, visto que o grupo social inicial dos falantes que podem ter se “espalhado” pelo mundo é limitado. A estimativa de Boxer é que o número de portugueses emigrados tenha se mantido, até fins do século XVII, em cerca de mil pessoas por ano para a Ásia e mil pessoas por ano para a América. No caso da América, a situação só irá mudar consideravelmente no século XVIII: com o início da exploração de ouro em Minas Gerais, o número de portugueses emigrados para o Brasil salta daqueles cerca de 1.000 por ano para até 5.000 por ano nas primeiras décadas dos 1700 (Boxer 2002: 181-182)".

"O quadro desfavorável à ideia de uma “invasão” linguística dos territórios ocupados pode ser complementado com o seguinte dado: em contraste com os cerca de mil portugueses que teriam emigrado anualmente no Brasil ao longo dos séculos XVI e XVII, o desembarque de escravos africanos nos portos brasileiros pode ser calculado em cerca de 10.000 a 13.000 por ano ao longo das últimas décadas do século XVI (Boxer 2002:117). Dessa forma, não só os falantes de português que se radicam no Brasil são poucos, como estão em desvantagem no equilíbrio demográfico, como já ressaltaram diferentes estudiosos da história colonial brasileira, segundo diferentes estimativas estatísticas. Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Para uma sócio-história do Português no Brasil* (Mattos e Silva, 2004), a etnia branca nunca ultrapassou os 30% do geral da população ao longo do período colonial⁵".

¹ Instituto Nacional de Estatística, <<http://www.ine.pt>>

² Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, <<http://www.cplp.org>>

³"Pode-se calcular com razoável precisão que, durante o século XVI, saíam de Portugal para o lém-mar, anualmente, cerca de 2.400 pessoas, a grande maioria homens fisicamente aptos, jovens e solteiros, com destino à “Goa Dourada” e ao Extremo Oriente mais distante, de onde poucos voltavam. A sangria anual da força de trabalho de homens adultos portugueses foi, portanto, considerável ...” (Boxer, 2002: 67).

⁴"Essa grande dispersão [do império marítimo português ao longo do século XVI] agravou o constante problema de homens disponíveis, a tal ponto que os vice-reis mal conseguiam reunir mais de mil homens brancos para qualquer expedição, por mais importante que fosse."

⁵"Considerando os grupos étnicos e lingüísticos, durante o período colonial (1530 a 1822) e até o pós-colonial, predominam etnias não-brancas, numa média aproximada de 70% para as não-brancas e 30% para as brancas. Ressalte-se que até meados do século XIX a etnia branca estava representada, quase exclusivamente, pelos portugueses e lusodescendentes. É interessante ressaltar que os 'índios integrados', portanto contáveis, decresceram tristemente, de 50% no século XVI para 2% na metade do século XIX. (...) Os índios não-integrados esconderam-se, fugidos, nos interiores brasileiros. (...). Contrariamente ao que ocorreu com os indígenas, os africanos e afro-descendentes estão no patamar de 60% da população do Brasil nos séculos XVII a XIX".

"Esse breve exame de dados de demografia histórica nos mostra que se a história da língua portuguesa é a história de sua expansão, essa expansão é feita da ampliação e diversificação do seu universo de falantes, na medida em que, ao longo do tempo, o português é adotado por diferentes contingentes populacionais ao redor do globo. Assim, irei propor que o processo fundamental envolvido na reanálise é a **reinterpretação das estruturas gramaticais do Português Médio por uma população ampliada e diversificada de falantes, com condições pouco favoráveis à fixação estável da língua-alvo**".

"Entretanto, o tipo de contraste gramatical que se propõe aqui como central para compreender essa processo de mudança foge do que é tradicionalmente visto como produto de contato: aqui, vejo os resultados do contato na sintaxe do Português Brasileiro, não na morfologia da língua. Aqui podemos encontrar justificativas e fundamentos na teoria de contato e mudança em que se inserem os trabalhos. Seguiremos, no projeto, as propostas elaboradas por Lightfoot 1999 e Kroch 2001, de inspiração gerativista, que concebem a mudança sintática como resultado da interferência de fatores perturbadores na fase de aquisição da gramática num processo determinado historicamente de modo a se espalhar por um grande número de falantes de uma determinada geração".

"Nessa abordagem, os fatos da história social são fundantes para a compreensão da mudança – em especial, para a compreensão de seu estabelecimento numa parcela ampla da população. Seguindo essa linha, compreenderemos que estudar a instauração da mudança gramatical que conforma as variantes modernas do português é estudar as condições sociais presentes para a perpetuação da língua em momentos históricos cruciais".

